



CURSO DE  
APERFEIÇOAMENTO

# EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Teoria, Prática e PEI para uma Escola de Todos



**INFOCE**  
CURSOS

  
**Prof. Edmo  
Vasconcelos**

## Conteúdo

<b>TÍTULO: Manual de Práticas em Educação Especial Inclusiva</b> .....	3
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	3
<b>CAPÍTULO 1: Fundamentos Legais e Históricos da Inclusão</b> .....	5
1.1 Do Histórico de Exclusão ao Paradigma Inclusivo .....	5
1.2 A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) .....	6
1.3 O Papel da Escola e do Educador .....	7
<b>CAPÍTULO 2: Deficiências e Transtornos no Contexto Escolar</b> .....	9
2.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA) .....	9
2.2 TDAH e as Funções Executivas .....	10
2.3 Deficiência Intelectual e Aprendizagem .....	11
<b>CAPÍTULO 3: Prática Pedagógica, PEI e Recursos</b> .....	12
3.1 Adaptações Curriculares .....	12
3.2 O Plano Educacional Individualizado (PEI) .....	13
3.3 Tecnologias Assistivas .....	14
<b>CONCLUSÃO</b> .....	15
<b>PALAVRA DO PROFESSOR</b> .....	16
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	17

## **TÍTULO: Manual de Práticas em Educação Especial Inclusiva**

Autor: Prof. Edmo Sousa de Vasconcelos

Realização: INFOCE CURSOS

### **INTRODUÇÃO**

A Educação Especial Inclusiva não é apenas uma modalidade de ensino, mas um compromisso ético e social que visa garantir o acesso, a permanência e o aprendizado de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sensoriais. Nos últimos anos, observamos uma mudança paradigmática, saindo de um modelo de integração, onde o aluno precisava se adaptar à escola, para um modelo de inclusão, onde a escola deve se transformar para acolher o aluno. Este movimento exige dos educadores uma atualização constante e um olhar sensível às diferenças.

Neste contexto, a **INFOCE CURSOS** assume o papel de facilitadora do conhecimento, oferecendo este material como suporte teórico para o nosso curso de 180 horas. Entendemos que a formação continuada é a chave para derrubar as barreiras do preconceito e da falta de acessibilidade pedagógica. Nosso objetivo com este conteúdo é fornecer ferramentas práticas e embasamento teórico sólido para que você, educador, sinta-se seguro em sua prática diária em sala de aula.

O curso foi desenhado para ser uma jornada híbrida, unindo a teoria fundamental com a prática necessária. Ao longo deste eBook, exploraremos desde a legislação que ampara a inclusão até as estratégias de sala de aula, como o Plano Educacional Individualizado (PEI). Acreditamos que a teoria só tem valor quando ela transforma a realidade do aluno, e é essa ponte que buscamos construir com a qualidade que a marca INFOCE preza em seus treinamentos.

Para complementar os estudos aqui apresentados, é fundamental que o aluno acesse nossa plataforma de ensino. No site **infocecursos.com.br**, você encontrará as atividades complementares, vídeo-aulas e fóruns de

discussão que compõem a carga horária total deste curso. A plataforma foi desenvolvida para ser intuitiva e rica em recursos, servindo como uma extensão da sala de aula e permitindo que você estude no seu próprio ritmo, aprofundando os temas aqui introduzidos.

Convidamos você a mergulhar nesta leitura com a mente aberta e o coração disposto. A inclusão é um processo contínuo de aprendizado, e ter a **INFOCE CURSOS** como parceira nessa jornada é a garantia de que você não estará sozinho. Aproveite o conteúdo, acesse **[infocecursos.com.br](http://infocecursos.com.br)** para realizar suas atividades e prepare-se para transformar a vida dos seus alunos através de uma educação verdadeiramente para todos.

**ANOTAÇÕES:**

This image shows a single page of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, leaving small margins at the top and bottom. There are no vertical margin lines, text, or other markings on the page.

## **CAPÍTULO 1: Fundamentos Legais e Históricos da Inclusão**

### **1.1 Do Histórico de Exclusão ao Paradigma Inclusivo**

A história da educação especial é marcada por longos períodos de negligência e segregação. Durante séculos, as pessoas com deficiência foram consideradas "inválidas" ou incapazes de aprender, sendo frequentemente isoladas do convívio social e educacional. Este modelo médico, focado na "cura" ou na institucionalização, perpetuou a ideia de que a deficiência era um problema exclusivo do indivíduo, isentando a sociedade da responsabilidade de acolhimento.

Com o passar do tempo, evoluímos para a fase da integração, onde as escolas aceitavam alunos com deficiência, desde que estes conseguissem acompanhar o ritmo da turma normativa sem grandes adaptações. Era o aluno que precisava mudar para caber na escola. Embora fosse um avanço em relação à exclusão total, ainda não garantia o direito pleno à educação, pois mantinha barreiras pedagógicas intransponíveis para muitos estudantes.

O paradigma da inclusão, que vivemos atualmente, propõe uma inversão radical dessa lógica. Agora, entende-se que a deficiência é um conceito em evolução e que resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. A escola inclusiva é aquela que se reestrutura para atender a diversidade humana.

Essa mudança não ocorre apenas por boa vontade, mas por uma compreensão de direitos humanos. A diversidade enriquece o ambiente escolar, ensinando a todos os alunos – com e sem deficiência – valores como respeito, cooperação e empatia. A sala de aula torna-se um reflexo mais fiel da sociedade, onde a convivência com as diferenças é natural e necessária para a formação de cidadãos completos.

Como afirma Mantoan, uma das maiores referências na área, a inclusão é um privilégio para a escola, pois a retira do comodismo.

*"A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e que recobra a escola o seu papel de ensinar a todos os alunos, sem distinções, e de emancipá-los, como prevê a Constituição Federal." (MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?, 2003).*

## **1.2 A Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**

A Lei nº 13.146, de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa o maior marco legal sobre o tema no Brasil. Ela consolida direitos e criminaliza a discriminação, trazendo para o ordenamento jurídico o conceito de que a barreira não está na pessoa, mas no meio. A LBI é taxativa ao garantir o acesso à educação em sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e modalidades.

Um dos pontos mais importantes da LBI para educadores é a proibição da cobrança de valores adicionais em mensalidades e anuidades para alunos com deficiência. Além disso, ela torna obrigatória a oferta de profissionais de apoio escolar, quando necessário, e a disponibilização de materiais acessíveis. A lei deixa claro que a educação privada e pública têm as mesmas obrigações no que tange à garantia de acesso e permanência.<sup>1</sup>

A legislação também reforça a necessidade do projeto pedagógico da escola contemplar o atendimento educacional especializado (AEE). Isso significa que a inclusão não é um improviso, mas deve estar prevista no planejamento institucional. A recusa de matrícula de aluno com deficiência passou a ser crime punível com reclusão, o que demonstra a seriedade com que o Estado brasileiro passou a tratar o tema.

Contudo, a lei por si só não muda a realidade se não houver a apropriação dela pelos profissionais da educação. Conhecer a LBI é ferramenta de trabalho para o professor, que pode e deve exigir da gestão escolar as condições mínimas previstas em lei para realizar um trabalho digno. A LBI empodera o docente e a família para buscarem os recursos necessários.

Sobre a importância da legislação como instrumento de garantia de direitos, Sassaki nos lembra:

*"A inclusão social é, portanto, um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos), na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais." (SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos, 1997).*

### **1.3 O Papel da Escola e do Educador**

A escola desempenha um papel central na vida do aluno com deficiência, pois é frequentemente o primeiro espaço social fora do núcleo familiar. É na escola que a criança descobre suas potencialidades e aprende a conviver com o outro. O educador, nesse cenário, deixa de ser apenas um transmissor de conteúdo para se tornar um mediador do conhecimento, identificando as barreiras e criando pontes para o aprendizado.

O professor inclusivo não precisa ser um especialista médico em todas as síndromes, mas precisa ser um especialista em pedagogia. Sua função é olhar para o aluno e perguntar: "Como ele aprende?". A resposta a essa pergunta guiará as estratégias de ensino. A atitude do professor diante da inclusão pode determinar o sucesso ou o fracasso da experiência escolar daquele aluno.

A gestão escolar também tem responsabilidade fundamental. É preciso criar uma cultura colaborativa, onde o professor regente e o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) trabalhem em parceria. A escola deve fornecer tempos de planejamento conjunto e formação continuada, como este curso da INFOCE, para que a equipe se sinta preparada para os desafios diários.

Além do aspecto pedagógico, a escola deve trabalhar a socialização. Evitar o bullying e promover atividades que integrem todos os alunos é essencial. A sala de aula deve ser um ambiente seguro, onde o erro é visto como parte do processo de aprendizagem e onde cada pequena conquista é celebrada.

Como bem pontua Mittler, a revisão da prática pedagógica é essencial para o sucesso da inclusão.

*"A inclusão implica uma reforma radical das escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos. Ela é baseada num sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e a tarefa de ensinar se torna mais gratificante."* (MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Contextos Sociais, 2003).

**ANOTAÇÕES:**

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins or other markings on the paper.



## **CAPÍTULO 2: Deficiências e Transtornos no Contexto Escolar**

### **2.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA)**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por dificuldades na comunicação e interação social, além de padrões de comportamentos restritos e repetitivos. Na escola, o aluno com TEA pode apresentar desafios sensoriais, como incômodo com barulhos altos ou texturas, e dificuldade em compreender regras sociais implícitas ou linguagem figurada.

Cada aluno com autismo é único, por isso o termo "espectro". Alguns podem ser não verbais e precisar de comunicação alternativa, enquanto outros podem ter vocabulário rebuscado, mas falhar na reciprocidade da conversa. O educador deve estar atento aos hiperfocos do aluno – seus interesses intensos – e usá-los como porta de entrada para o aprendizado dos conteúdos curriculares.

A previsibilidade é uma grande aliada no trabalho com o TEA. O uso de rotinas visuais, quadros de tarefas e antecipação de mudanças na rotina escolar ajuda a diminuir a ansiedade e os comportamentos desadaptativos. O ambiente estruturado oferece segurança para que o aluno possa focar na aprendizagem.

A inclusão do aluno com TEA exige paciência e observação constante. Muitas vezes, um comportamento agressivo ou de isolamento é apenas uma forma de comunicar um desconforto ou uma dor que ele não consegue verbalizar. A parceria com a família é vital para entender os sinais e as particularidades daquela criança.

Sobre a importância de compreender o funcionamento único do autista, Cunha destaca a necessidade de afeto e compreensão.

*"A criança autista precisa ser compreendida em sua singularidade. O afeto e a mediação pedagógica adequada são as chaves que abrem as portas do seu mundo interior para a aprendizagem e convivência."*

## **2.2 TDAH e as Funções Executivas**

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma das condições mais comuns encontradas em sala de aula. Caracteriza-se por sintomas de desatenção, hiperatividade e impulsividade. Alunos com TDAH não têm "falta de inteligência", mas sim uma dificuldade nas funções executivas, que são responsáveis pelo planejamento, organização e controle inibitório.

Em sala de aula, isso se manifesta na dificuldade de terminar tarefas, esquecimento de materiais, agitação motora e interrupções frequentes. O professor pode ajudar fracionando as tarefas longas em etapas menores, permitindo pausas estratégicas e posicionando o aluno em locais com menos distratores visuais e auditivos, preferencialmente próximo ao quadro e ao professor.

É importante diferenciar o TDAH de indisciplina ou falta de limites. A criança com TDAH muitas vezes quer corresponder às expectativas, mas seu cérebro "desliga" ou age antes de pensar. O reforço positivo, elogiando os comportamentos adequados e as pequenas conquistas, funciona muito melhor do que a punição constante, que pode gerar baixa autoestima.

Estratégias multissensoriais costumam ser eficazes. Aulas que envolvem movimento, cores e interatividade ajudam a manter o foco. O uso de agendas e checklists ajuda o aluno a se organizar e a desenvolver autonomia, que deve ser o objetivo final de qualquer intervenção pedagógica.

Barkley, autoridade mundial no assunto, reforça a natureza biológica do transtorno e a necessidade de adaptação ambiental.

*"O TDAH é um transtorno de desempenho, não de conhecimento. As crianças sabem o que fazer, mas têm dificuldade em fazer o que sabem no momento certo. A intervenção deve ser no ponto de desempenho, alterando o ambiente para apoiar a criança."* (BARKLEY, Russell A.

TDAH: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, 2002).

### **2.3 Deficiência Intelectual e Aprendizagem**

A Deficiência Intelectual (DI) caracteriza-se por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo. Isso significa que o aluno pode levar mais tempo para aprender, ter dificuldade em compreender conceitos abstratos e precisar de mais apoio para as atividades da vida diária. No entanto, é crucial lembrar que "dificuldade" não é sinônimo de "impossibilidade".

O ensino para alunos com DI deve partir do concreto para o abstrato. O uso de materiais manipuláveis, jogos e situações da vida real facilita a compreensão. A repetição e a retomada de conteúdos de formas variadas são estratégias importantes para a fixação do aprendizado. O currículo deve ser funcional, priorizando habilidades que darão autonomia ao sujeito.

Muitas vezes, a escola subestima o aluno com DI, oferecendo atividades infantilizadas ou apenas recreativas. Isso é um erro grave. O aluno tem direito de acessar o currículo da sua série, mesmo que com adaptações significativas nos objetivos e na complexidade. A expectativa do professor influencia diretamente o resultado do aluno.

A avaliação deve ser processual e comparativa com o próprio aluno, e não com a turma. Deve-se registrar o que ele já consegue fazer, mesmo que com ajuda. O foco deve ser sempre nas potencialidades e na "Zona de Desenvolvimento Proximal", conceito vygotskyano que indica o que o aluno é capaz de fazer com mediação.

Vygotsky, pai da psicologia histórico-cultural, nos ensina a olhar para a potencialidade e não para o defeito.

*"A deficiência não é apenas uma falha biológica, mas uma construção social. O aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer."*  
(VYGOTSKY, Lev S. A Formação Social da Mente, 1998).

## **CAPÍTULO 3: Prática Pedagógica, PEI e Recursos**

### **3.1 Adaptações Curriculares**

As adaptações curriculares são estratégias e recursos educativos adotados para possibilitar o processo de ensino-aprendizagem de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Elas podem ser de pequeno porte, que são aquelas sob responsabilidade do professor em sala, ou de grande porte, que envolvem ações político-administrativas e estruturais da escola.

As adaptações de pequeno porte incluem mudanças na organização da sala, no tempo de realização das atividades, na metodologia de ensino e nos instrumentos de avaliação. Por exemplo, permitir que um aluno faça uma prova oral em vez de escrita, ou reduzir o número de questões de matemática mantendo o mesmo nível de dificuldade, são adaptações curriculares que garantem a equidade.

É fundamental entender que adaptar não é facilitar ou empobrecer o conteúdo. Adaptar é tornar acessível. Se um aluno cego precisa do texto em Braille, isso é uma adaptação de acesso. Se um aluno com DI precisa de um texto com linguagem simplificada e imagens de apoio, isso é uma adaptação de objetivo e conteúdo. O foco é eliminar a barreira que impede o acesso ao conhecimento.

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é um conceito moderno que propõe planejar a aula pensando em todos desde o início, oferecendo múltiplas formas de apresentação do conteúdo, múltiplas formas de engajamento e múltiplas formas de expressão. Quando o professor diversifica sua aula, ele beneficia não só o aluno com deficiência, mas toda a turma.

Glat ressalta a importância dessas flexibilizações para a efetivação da inclusão escolar.

*"As adaptações curriculares não devem ser entendidas como um currículo paralelo ou inferior, mas como ajustes necessários para que o aluno com necessidades especiais possa participar, na medida de suas possibilidades, do currículo proposto para o grupo em que*

*está inserido."* (GLAT, Rosana. Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar, 2007).

### **3.2 O Plano Educacional Individualizado (PEI)**

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é o documento norteador do trabalho com o aluno de inclusão. Ele funciona como um mapa que descreve quem é o aluno, o que ele já sabe, quais são suas dificuldades e, principalmente, quais são as metas de aprendizagem para um determinado período. O PEI deve ser construído de forma colaborativa entre professor regente, professor do AEE, coordenação e família.

Um bom PEI começa com uma avaliação diagnóstica detalhada. Não adianta traçar metas inalcançáveis. As metas devem ser SMART: Específicas, Mensuráveis, Atingíveis, Relevantes e Temporais. Por exemplo, em vez de "melhorar a leitura", uma meta do PEI seria "ler palavras simples com sílabas canônicas até o final do bimestre".

O PEI também deve listar os recursos e estratégias que serão usados. Se o aluno precisa de um leitor, de letra ampliada ou de calculadora, isso deve constar no documento. Isso garante que, mesmo que o professor mude, o direito do aluno às adaptações continue preservado. O registro é a segurança jurídica e pedagógica da escola e do estudante.

A revisão do PEI deve ser periódica. Se o aluno atingiu a meta, avança-se para a próxima. Se não atingiu, revê-se a estratégia. O PEI é um documento vivo e dinâmico, que acompanha o desenvolvimento do estudante. Ele materializa o respeito ao ritmo individual de cada ser humano.

Pletsch enfatiza a centralidade do PEI na estruturação do ensino para alunos com deficiência intelectual e múltipla.

*"O PEI constitui-se numa estratégia fundamental para orientar a prática pedagógica, pois permite o planejamento de ações focadas nas necessidades específicas do aluno, garantindo que o ensino não seja improvisado, mas intencional e sistematizado."* (PLETSCH, Márcia Denise. O PEI como instrumento de planejamento, 2013).

### 3.3 Tecnologias Assistivas

Tecnologia Assistiva (TA) engloba qualquer produto, recurso, metodologia, estratégia, prática ou serviço que objetive promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência. Na escola, a TA é a ponte que liga o aluno ao aprendizado, rompendo barreiras físicas, sensoriais ou de comunicação.

Os recursos podem ser de baixa tecnologia, como um engrossador de lápis feito com EVA, uma tesoura adaptada com mola, ou pranchas de comunicação com figuras impressas. E podem ser de alta tecnologia, como softwares leitores de tela para cegos, mouses oculares para tetraplégicos ou aplicativos de comunicação alternativa em tablets para autistas não verbais.

O professor não precisa ser um inventor, mas precisa ter o olhar atento para identificar a necessidade. Muitas vezes, uma simples inclinação na mesa ou o uso de um papel com pauta ampliada e contrastante já muda completamente o desempenho da criança. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o setor responsável por introduzir e treinar o uso desses recursos.

A tecnologia assistiva dá autonomia. O objetivo é que o aluno consiga fazer sozinho, ou com a menor ajuda possível. Quando o aluno consegue escrever usando um teclado adaptado, ele deixa de depender de alguém para escrever por ele, e isso tem um impacto imenso na sua autoestima e na sua construção como sujeito ativo.

Bersch, referência nacional no tema, define a importância da TA para a qualidade de vida e inclusão.

*"A Tecnologia Assistiva deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência." (BERSCH, Rita. Introdução à Tecnologia Assistiva, 2017).*

## CONCLUSÃO

Chegamos ao final deste manual, mas não ao fim do aprendizado. A Educação Especial Inclusiva é um campo vasto e em constante transformação, exigindo de nós, educadores, uma postura de eternos aprendizes. Vimos que a legislação garante o acesso, mas é a prática pedagógica sensível e planejada que garante o aprendizado. Do histórico de exclusão às modernas tecnologias assistivas, o fio condutor é sempre o respeito à dignidade humana.

A construção de uma escola inclusiva não se faz da noite para o dia. É um processo que envolve erros, acertos, angústias e muitas vitórias. Cada vez que um aluno supera uma barreira, cada vez que um PEI é bem executado e gera resultados, estamos construindo uma sociedade mais justa. O papel do professor é insubstituível nesse processo de mediação entre o aluno e o mundo.

Reforçamos que este eBook é apenas o alicerce teórico. A verdadeira capacitação continua através das aulas práticas e dos materiais complementares disponíveis em nossa plataforma. É essencial que você, aluno da **INFOCE CURSOS**, acesse o site **infocecursos.com.br** para realizar as avaliações, participar dos fóruns e consumir os vídeos explicativos que aprofundam os temas aqui tratados.

Lembre-se que a inclusão beneficia a todos. Quando adaptamos uma aula para um aluno com dificuldade, muitas vezes descobrimos métodos melhores de ensinar a turma inteira. A diversidade nos obriga a sermos mais criativos, mais claros e mais humanos. A sala de aula heterogênea é o melhor laboratório de cidadania que existe.

Encerramos este material com a certeza de que você está mais preparado para enfrentar os desafios da educação inclusiva. Não tenha medo de adaptar, de testar novos recursos e de buscar parcerias com as famílias e com os profissionais de saúde. A **INFOCE CURSOS** orgulha-se de fazer parte da sua formação e reitera o convite para que contin<sup>3</sup>ue seus estudos em nossa plataforma online, onde a prática se encontra com a teoria.

## PALAVRA DO PROFESSOR

Caro colega educador,

É com imensa gratidão que encerro este material. A idealização deste curso e deste eBook nasceu do desejo de ver nossas salas de aula transformadas em espaços de acolhimento real. Sei dos desafios que enfrentamos no chão da escola: a falta de recursos, as turmas numerosas e a complexidade de cada diagnóstico. Mas também sei da força transformadora que um professor capacitado possui.

Ao longo da minha trajetória, vi alunos que eram considerados "casos perdidos" florescerem quando encontraram um professor que acreditou neles e adaptou o ensino. A inclusão não é romantismo, é técnica, é lei e é amor em forma de ação pedagógica. Espero que as ferramentas apresentadas aqui, especialmente o modelo de PEI e as estratégias de adaptação, sejam úteis no seu dia a dia.

Agradeço a confiança depositada na **INFOCE CURSOS** e no meu trabalho. Saibam que este curso foi preparado com rigor técnico e carinho para oferecer o melhor a vocês. Nossa missão é instrumentalizar quem está na linha de frente da educação.

Continuem firmes nessa missão nobre. Estudem, pesquisem e nunca desistam de nenhum aluno. O conhecimento que vocês adquiriram aqui tem o poder de mudar destinos. Contem comigo e com toda a nossa equipe nesta caminhada.

Um forte abraço,

Prof. Edmo Sousa de Vasconcelos



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARKLEY, Russell A. *TDAA: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BERSCH, Rita. *Introdução à Tecnologia Assistiva*. Porto Alegre: CEDI, 2017.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

CUNHA, Eugênio. *Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e Práticas Educativas na Escola e na Família*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

GLAT, Rosana. *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. *Educação Inclusiva: Contextos Sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PLETSCH, Márcia Denise. *O PEI como instrumento de planejamento*. In: Revista de Educação Especial, Santa Maria, 2013.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VYGOTSKY, Lev S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.